



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 19/2016

----- Aos catorze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos profissionais, procedendo-se à respetiva substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 17/2016, referente à reunião ordinária de 12 de setembro. -----

----- Aprovada a ata nº 17/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor).-----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 18/2016, referente à reunião ordinária de 19 de setembro. -----

----- Aprovada a ata nº 18/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor), não participando na votação por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: setecentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e três euros e doze cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e setenta e quatro mil, trezentos e sete euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **PROGRAMA ECOVALOR 2015/2016 – RESULTADOS;**-----

----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – RELATÓRIO E CONTAS 1º SEMESTRE/2016;**-----

----- **VISITAS AGENDADAS ÀS SALINAS – MÊS DE OUTUBRO;**-----

----- **COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – AGRADECIMENTO.**---

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir às comemorações do Centenário da Mina do Espadanal dado que estivera presente no último encontro com os mineiros e congratulou-se com a extraordinária cooperação que tem havido entre a Câmara e a EICEL, opinando que todos devem reconhecer que se fizeram avanços, os quais culminaram agora com a cedência que vai acontecer por contrato de comodato, de parte das instalações do edifício da mina, tratando-se de uma vitória muito grande para a EICEL que tem sido uma associação que tudo tem feito para preservar o espólio e o património arquitetónico da mina.-----

----- Seguidamente reportou-se ao Feriado Municipal do 6 de Novembro e questionou se as celebrações iriam decorrer de forma similar ao ano anterior, considerando da maior importância que a comunidade participasse mais e que fossem implementados eventos mais apelativos para incentivar à participação, recordando a propósito as comemorações do 25 de Abril em que houve muita adesão da comunidade riomaiorense. Disse ainda que a entristecia verificar a ausência de muitos dos deputados municipais e outras pessoas com responsabilidades políticas e sociais e opinou que deveria haver um alerta para que houvesse uma maior adesão.-----

----- Manifestou preocupação relativamente ao elevado número de atropelamentos que se têm verificado na cidade, pois ainda no dia anterior aconteceu mais um. Referiu que aconteciam em locais diferentes, em diferentes tipos de passadeiras, apesar de tudo estar devidamente sinalizado, sugerindo que fosse feito um estudo sobre esta situação, tanto mais que acontece com mulheres na mesma faixa etária e recordou que no corrente ano se verificaram atropelamentos a 06 de janeiro, 13 de agosto, 18 de setembro e 13 de outubro.-----

----- Terminou a intervenção referindo-se ao Senhor Américo Sequeira a que a imprensa local fez referência com um artigo do Senhor Casimiro Lopes, “Rio Maior perdeu um amigo”, um Homem com preocupações ambientais, um Homem que deu um grande impulso ao desporto local, um Homem com uma aptidão nata para

decoreção, artesanato e que a todos presenteava com o seu sorriso e simpatia. Opinou que a Câmara lhe devia uma homenagem a título póstumo, uma atenção para com este Homem que deu um grande contributo a Rio Maior, fundador do Clube de Natação, sendo importante que a Câmara não esqueça o Américo Sequeira e tudo aquilo que ele fez por esta cidade.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que, apesar das dificuldades que os serviços tiveram em enviar a documentação da presente reunião por questões de caráter técnico, relevava e agradecia a disponibilidade e a preocupação apresentadas pelas funcionárias Dra. Lurdes Violante e Maria da Luz Farelo para que os documentos chegassem atempadamente.-----

----- Seguidamente ressaltou o exemplo da Escola Profissional de Rio Maior que apresenta um projeto consolidado que a cada dia mais se afirma como um projeto de excelência e com capacidade de disputar os primeiros lugares, no que respeita ao país e a nível Internacional. Disse que bom seria que este exemplo proliferasse pelo concelho de Rio Maior, quer nas dinâmicas internas, quer no levar o concelho muito mais longe do que se leva normalmente. Deixou os parabéns ao Conselho de Gerência e a todos os trabalhadores da Escola Profissional e uma recomendação de reconhecimento para todos, o que fazia através da pessoa do Vereador Lopes Cadoso para que o transmitisse dado o trabalho desenvolvido e os resultados apresentados.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se á agitação que se vive na Asseiceira, pois tem de se encontrar um Plano para a freguesia de Asseiceira no que respeita ao trânsito, ou seja, a velocidade e a quantidade de veículos que diariamente e a toda a hora ali circulam e, independentemente, de haver respostas no curto ou no médio prazo, relativamente às obras que vão ser necessárias para a abertura da ligação do eixo do IC2, na freguesia de Asseiceira e, independentemente das obras ou não no IC2 do outro lado ou dos Nós que possam ou não haver, tem que haver um plano de redução da velocidade dentro da freguesia, nem que para isso se tenham que impor limitadores de velocidade que podem ser horizontais ou de outro tipo, dado que a situação começa a ser complexa e as pessoas começam a ter medo de circular na EN1.-----

Recordou que a EN1 é municipal desde mil novecentos e noventa e oito que o executivo de então recebeu setecentos e cinquenta mil contos para tomar conta e conservar a EN1, porque foi desclassificada entre as localidades de Quebradas e Alto da Serra, considerando que não será necessário assim tanto investimento para obrigar

a que os carros pesados e as motas moderem a velocidade, embora a GNR passe no local mais vezes do que anteriormente. Opinou que o Executivo tem que encontrar soluções que reduzam a velocidade e tranquilizem as pessoas, porque a manter-se este quadro, vão surgir dissabores. -----

----- Deu conhecimento que foi colocada uma pergunta ao Governo, através do Grupo Parlamentar do PCP, apesar de já ter solicitado por parte da Câmara Municipal, uma reunião com o Secretário de Estado, mas na sua opinião há soluções alternativas, que se não forem feitas a bem, provavelmente a população vai ter que se insurgir porque a segurança rodoviária e a segurança pessoal são um direito de todos, não sendo admissível que esta situação se mantenha, tanto mais que no inverno o risco aumenta e a autarquia está a ser vítima de uma decisão que não é sua, porque o Nó de Asseiceira não é da Câmara, mas urge encontrar soluções.-----

----- Questionou se já havia respostas relativamente ao IC2 (do outro lado) e se já houve alguma evolução no processo relativo à EN114.-----

----- Também se reportou à EICEL, não como associado, mas como Vereador e referiu que assistira à cerimónia realizada no dia trinta de setembro, congratulando-se com a mesma, porque o futuro assenta no valor da memória, e o que aconteceu relativamente aos cem anos deve orgulhar todos os riomaiorenses e convidados que são apaixonados pelo património mineiro, e opinou que, mais importante do que a memória, a participação das pessoas e a qualidade das exposições e intervenções, era a alteração comportamental, quer da Câmara, quer da EICEL, pois apesar de, em tempos, ter havido dificuldades, o consenso, o equilíbrio e o bom senso prevaleceram na decisão. -----

----- Relevou a possibilidade de assinatura do protocolo que muito contribuirá para a construção e consolidação da memória, referindo que quem é persistente acaba sempre por ter razão, se as suas convicções forem verdadeiras, e recordou o programa eleitoral da CDU de mil novecentos e oitenta e nove, onde estava previsto a construção de um museu mineiro, questionando a propósito para quando se previa a assinatura do protocolo de colaboração/cooperação ou comodato.-----

----- Terminou a intervenção questionando o ponto da situação das obras no complexo Escolar de Asseiceira e também qual o ponto da situação relativamente ao PDM e quanto às candidaturas apresentadas, quais as decisões já conhecidas.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que também não receberam a documentação relativa a esta reunião, em tempo útil, e para que possam tomar uma decisão mais acertada, deviam ter acesso à informação atempadamente.-----

----- Registou com agrado que os recursos económicos, culturais e paisagísticos do município sejam relatados e mencionados a nível nacional no Sapo Viagens, em parceria com o Tripadvisor, como é o caso das Salinas de Rio Maior, o que a todos deve encher de orgulho, algo que surge porque há todo um trabalho de relações públicas desenvolvido e cada vez mais a Câmara Municipal deve, em parceria com os seus agentes económicos fazer esse trabalho de influência para que se fale muito de Rio Maior, para que as empresas locais sejam referenciadas nestes meios de informação e de venda, considerando que ainda mais importante que a informação é a venda, e as empresas riomaiorenses e o setor do Turismo rural tem que estar nestas plataformas que são da maior importância.-----

----- Seguidamente reportou-se ao lançamento do livro que assinala a história do teatro em Rio Maior e do grupo cénico Zé P'reira, um momento cultural muito bonito, e como sempre dissera, a Câmara Municipal deve ter uma preocupação ao nível editorial porque a edição é uma alavanca para memória futura e assim transmitir aos jovens que estão a construir o futuro, que há um caminho que devem perseguir, porque já outros fizeram esse trabalho com mérito, com reconhecimento, com capacidade, com intervenção e com criatividade, daí que a Câmara o deve perseguir ao nível da história económica e social do município, pois este não existe, opinando ser esse o espaço que o município deve ocupar e que ainda não foi feito e que merece ser realizado, no reconhecimento do esforço coletivo das pessoas e das empresas. Opinou que este livro espelha um trabalho louvável e de grande mérito que um grupo de riomaiorenses desenvolveu, num quadro difícil, há época. Deu os parabéns à Professora Júlia Figueiredo pela sua edição, à Câmara Municipal e Senhora Vereadora da Cultura pelo apoio que deram à iniciativa.-----

----- Relativamente à EICEL questionou qual o ponto da situação do contrato de comodato e o que está previsto concretizar-se.-----

----- Sobre as diversas candidaturas que a Câmara Municipal tem apresentado, questionou qual o ponto da situação desse esforço de investimento que está a ser feito com ou sem comparticipação comunitária.-----

----- Perguntou também qual o ponto da situação relativamente à requalificação da EN114 e da Zona Ribeirinha, apesar de saber que se trata de um processo moroso e difícil, que carece de uma grande articulação entre diversos intervenientes, assim como o ponto da situação do IC2.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se ao Clube de Natação de Rio Maior que no passado fim-de-semana assinalou o seu trigésimo aniversário, deixando uma homenagem aos seus fundadores, às suas equipas diretivas, aos seus atletas e às famílias que ao longo dos anos se associaram ao citado Clube, até porque este foi o

impulsionador da aposta estratégica no desenvolvimento desportivo do município de Rio Maior. Foi uma estrutura associativa que muito ajudou muito numa lógica de investimento ao nível de fundos comunitários para a construção das piscinas, com a justa homenagem que se tem de mostrar ao clube de Natação de Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se à Rua Almirante Cândido dos Reis que no Sapo está identificada como Rua Armando Pulquério e deu conhecimento que durante a noite tem muitas fugas de água nos sistemas de rega, situação com a qual o município se deve preocupar dado que os munícipes são confrontados com perdas de água gigantescas dos sistemas de rega do jardim e da citada zona da Rua Almirante Cândido dos Reis, questionando se esta situação já estava resolvida.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar do Centro de Negócios e Inovação cuja criação foi há três anos e resultou de uma necessidade de apoiar os empresários e empreendedores, sendo atualmente uma estrutura reconhecida para além dos limites do concelho de Rio Maior. O projeto “Incubar Mais Lezíria” que integra o Centro de Negócios, o Nersant, o Instituto Politécnico de Santarém, o Cluster Agroalimentar do Distrito de Santarém é um projeto regional no qual o Centro de Negócios está envolvido e muito empenhado. Aditou que nas últimas semanas o Centro de Negócios de Rio Maior tem sido notícia dado o processo de acreditação da Incubadora do Centro de Negócios de Rio Maior junto do IAPMEI no âmbito do programa “Start Portugal – Estratégia Nacional para o Empreendedorismo”, passando assim a estar entre as primeiras entidades a serem acreditadas para os “Vales Inovação” e isso só foi possível com a apresentação de uma candidatura muito exigente ao nível da experiência, mas dado o grande prestígio a nível do IAPMEI e com muito trabalho conseguiu essa acreditação. Informou que um empreendedor que concorra a um “Vale Inovação” tem que estar obrigatoriamente integrado numa incubadora devidamente acreditada como está a de Rio Maior.-----

----- Informou também que o Centro de Negócios passou a fazer parte da Rede de Incubadoras do Turismo de Portugal, através de um protocolo assinado entre diversas entidades e com vinte sete Incubadoras do País, sendo a nível distrital a Incubadora de Rio Maior a assinar este protocolo, o qual vai permitir aos empreendedores desta área terem apoio do Turismo de Portugal para desenvolver os seus negócios, mas que pretende também criar condições mais favoráveis para estimular o empreendedorismo no Setor de Turismo, através do desenvolvimento das suas ideias e de modelos de inovação competitiva.-----

----- Terminou a intervenção deixando uma palavra de apreço por todo o trabalho

desenvolvido pelo Diretor Dr. Nuno Malta e Dra. Anabela Leal que sempre acreditaram neste projeto e conseguiram que esta jovem Incubadora tenha atingido estes patamares de excelência e que atualmente é uma referência para o País.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio começando por se referir ao problema do IC2 e o acesso ao mesmo, ficando admirado que surjam situações de pessoas que se perderam porque há má sinalização na saída do IC2, no entanto mais admirado ficava que o Governo do País ignore o município de Rio Maior, apesar de toda a insistência que tem sido feita por escrito e ainda não houve uma resposta, no entanto, uma riomaiorense contactou as Infraestruturas de Portugal no dia doze de setembro, e recebeu uma resposta após uma semana. Passou a citar a resposta dada e que demonstra a desconsideração para com o município de Rio Maior: “será lançado um concurso para o projeto para a intervenção no talude e prevê-se que a adjudicação do projeto e da empreitada venha a ocorrer já em dois mil e dezasseis” e “...informa-se que o Nó de Vale de Óbidos não foi, bem como nunca esteve projetado, a ser construído um Nó em Vale de Óbidos, como refere na sua exposição, este distaria, cerca de um, oito Kms do Nó de Rio Maior, o que, do ponto de vista do planeamento rodoviário, não faria sentido.”-----

----- Ainda sobre esta matéria referiu os diversos contactos com o Diretor de Estradas de Santarém e opinou que o município deve fazer algo no que respeita à sinalização de limite de velocidade, uma vez que as Infraestruturas de Portugal não avançam com uma solução.-----

----- Deu conhecimento que já começaram várias obras, como a demolição da escola de Asseiceira e a intervenção junto do Bairro da Mãe d'Água. Sobre a Telegestão para a parte Norte do concelho está concluída a parte elétrica e vai avançar a impermeabilização de todo o sistema.-----

----- Sobre as várias candidaturas informou que a Escola de Asseiceira aguarda a aprovação da pré-candidatura, entregue durante o mês de agosto. Já está adjudicada a recuperação da Casa da Cultura, assim como a recuperação do edifício da antiga Biblioteca e do antigo Salão dos Bombeiros e também vai avançar o concurso para a requalificação do Núcleo Histórico, assim como a requalificação da Praça do Comércio e Praça da República. Sobre a EN 114 ainda não houve andamento do processo apesar das diferentes insistências.-----

----- Sobre a EICEL saudou o bom relacionamento existente no momento e se houve momentos em que não foi o melhor, não pode ser esquecido que quem questionou e levantou vários problemas foi a citada associação e opinou que aquela obra, independentemente de se gostar ou não da arquitetura, foi um bem para a cidade,

para o concelho e mesmo para a região, havendo agora que olhar para o futuro.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por se reportar ao Relatório e Contas do 1º Semestre 2016 da Escola Profissional de Rio Maior e deixou o seu reconhecimento pelos resultados apresentados que manifestam o enorme empenho de todos para que aquela seja uma escola de referência na região e que na próxima semana assinala os vinte e quatro anos de existência, cerimónia que coincidirá com o início do novo ano letivo.-----

----- Sobre a questão do Feriado Municipal referiu que o programa está em fase de conclusão, sendo já do conhecimento público que o almoço convívio para quem tem mais de sessenta e cinco anos vai ocorrer nesse dia. Informou que já seguiu para as Juntas de Freguesia o formulário para as respetivas inscrições.-----

----- Quanto à questão das passadeiras referiu que ocorrera mais um acidente com uma Senhora de nacionalidade estrangeira e informou que já fora adjudicado o concurso para a sua substituição dado que poderão estar na origem de grande parte dos acidentes por não haver tanta segurança na travagem, mas nem sempre é essa a razão.-----

----- Relativamente ao IC2 e EN114 também lamentou o facto de ainda estar a aguardar a marcação de uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, apesar de todo o empenhar de esforços para o seu agendamento.-----

----- No tocante à EICEL e porque fora dado a entender, que em tempos houvera um mau relacionamento, referiu que os interlocutores por parte da Câmara continuam a ser os mesmos, no entanto mudaram alguns interlocutores da parte da EICEL, e disse que quando alguma negociação não corre bem, parte-se logo do princípio que a responsável é a Câmara, o que não acontece, e neste caso o Arqº Mangorrinha, talvez pelo facto de não ser do concelho e assim analisar e avaliar toda esta situação com algum distanciamento, permite uma conversa clara para o que se pretende fazer.-----

----- Informou que o projeto de contrato de comodato sobre a cedência de parte das instalações da antiga Mina para a EICEL está no Gabinete Jurídico da Câmara em fase de conclusão. Referiu que estando no exercício de um cargo político, custava-lhe quando alguém vem negociar com a Câmara e apresenta desde logo algumas questões de carácter político que dificultam todo o processo, frisando que o mais importante se é defender aquilo que é de todos. Opinou que a valorização do património da antiga Mina do Espadanal, a sua requalificação e a vontade de o devolver à comunidade, com carácter cultural, histórico e industrial, é um objetivo de todos os membros do executivo, de todos aqueles que têm memória, mas em primeira instância é de quem tem responsabilidade de gerir a Câmara, porque o património é do domínio privado da autarquia. Frisou que o processo está no bom caminho e

salientou que quando surge algum entrave desenganem-se aqueles que pensam que a culpa é sempre da Câmara Municipal.-----

----- Quanto às candidaturas informou que estão uma série de contratos e acordos de financiamento já assinados, nomeadamente para a requalificação e valorização da Villa Romana e da Zona Ribeirinha que têm sido uma prioridade do executivo nas duas últimas semanas. Informou que os projetos estão aprovados e o investimento para a Zona Ribeirinha é de um milhão e oitocentos mil euros, valores estes financiados pela União Europeia, sendo a comparticipação da Câmara Municipal de quinze por cento. Também para a valorização e requalificação da Villa Romana o investimento é de quinhentos mil euros, sendo a comparticipação da Câmara na mesma percentagem. Informou ainda que não existe financiamento comunitário para a aquisição dos terrenos que têm de ser obrigatoriamente adquiridos pelo município para se poder implementar e executar o projeto, mas a Câmara dispõem de dois anos para o fazer. Quanto às negociações com os proprietários estas estão já na reta final e a intenção será adquirir os terrenos que estão entre a antiga Avenida dos Combatentes e o rio, desde a Villa Romana até ao cruzamento dos semáforos em frente da empresa Carnes Nobre.-----

----- Ainda sobre esta matéria informou que a Câmara também está num processo de negociação da antiga moagem, pois está localizada sobre o rio, no topo mais a norte da citada zona de requalificação, e o projeto ficaria incompleto se não se fizesse a sua aquisição para assim se valorizar toda aquela zona, criando uma nova centralidade para Rio Maior, devolvendo o rio Maior à cidade, que lhe dá o nome, assim como ao concelho, criando uma nova área de lazer, com espaço verde, pois só existe o Jardim Municipal e os riomaiorenses merecem ter o rio valorizado. -----

----- Informou que também vai avançar a intervenção na Praça da República e na Praça do Comércio, com a requalificação de todo o corredor que vai desde o centro da cidade até à Zona Ribeirinha, sendo o prazo para implementar o projeto de dois anos, mas o município tem de ter a titularidade dos terrenos para poder avançar com o mesmo, referindo que tudo se encaminha nesse sentido. -----

----- Relativamente ao aniversário dos trinta anos do Clube de Natação de Rio Maior, informou que virá uma proposta à Câmara sobre os homenageados do feriado “6 de novembro” e este clube será um dos contemplados, dado a importância que teve e tem tido ao longo dos anos na área do desporto no concelho e na região.-----

----- Quanto ao Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Vereador Lopes Cadoso nesta área, assim como o Diretor Dr. Nuno Malta e Dra. Anabela Leal que fazem o acompanhamento aos empresários e empreendedores que pretendem instalar-se, trabalho que por vezes é mais notado por

quem quer investir e por quem quer trabalhar neste concelho e ressaltou que a taxa de desemprego no concelho é de cerca de 6,8%, ou seja cerca de metade da média nacional, para o qual também contribuiu todo este trabalho desenvolvido.-----

----- Continuou a intervenção propondo a discussão e votação de dois Votos de Pesar, um pelo falecimento de António Rafael e outro pelo falecimento de Américo Machado Sequeira (Anexos 1 e 2).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu sobre Américo Sequeira com quem tivera a felicidade de trabalhar durante catorze anos no Clube de Natação e o que ressalva da vida deste homem é a tolerância, pois apesar de ser muito teimoso, ele era das antípodas da sua ideologia, dado ser um homem de direita, mas na definição de um objetivo de um programa, como foi a vida do Clube de Natação, este homem conseguiu “despir-se” desses preconceitos e fazer com que fosse em determinada altura, um dos elementos mais importantes na dinamização e na consolidação do Clube de Natação. “Esteja onde estiver, que o seu exemplo possa proliferar na tolerância que tão necessária é nos dias de hoje e no respeito pela opinião diferente, apesar de ideologicamente estarem nas antípodas um do outro, a amizade é um valor supremo da humanidade.”-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre os Votos de Pesar começou por dizer tratarem-se de duas grandes perdas para Rio Maior. -----

----- António Rafael pintor de renome nacional era também conhecido a nível nacional como grande colecionador e comerciante de antiguidades, ou não fosse Rio Maior durante muitos anos ponto de passagem Lisboa/Porto e o seu estabelecimento era visitado por muitos portugueses de todo o País e por ele foram criadas muitas amizades. Homem discreto mas sempre em alerta ao chamamento de Rio Maior e para a cultura em Rio Maior, foi um dos membros fundadores da Associação Cultural do Concelho de Rio Maior.-----

----- Relativamente ao Senhor Américo Machado Sequeira, riomaiorense de gema, apaixonado uma vida pela sua terra, desde jovem, sempre deu os seus contributos para o desenvolvimento e crescimento de algumas áreas em Rio Maior, nomeadamente, como já foi referido, na área do desporto, não só como atleta, mas também como membro e impulsionador do associativismo desportivo em Rio Maior. Também a sua paixão por Rio Maior, nos últimos anos da sua vida, levaram sempre que possível, e sempre que se justificava, quando havia ações culturais em Rio Maior e que traziam pessoas de fora, ele fazia questão que essas pessoas levassem uma

recordação de Rio Maior, nomeadamente a divulgação do património histórico riomaiorense. Todos se lembram das suas peças artesanais, que em espetáculos do Cineteatro, e muito principalmente na Gala de Acordéon Eugénia Lima, fazia questão de oferecer a todos os convidados.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada **por unanimidade** dos presentes, seguindo-se um minuto de silêncio em honra de António Rafael e Américo Sequeira.---

----- **Antes de entrar no Período Antes da Ordem do Dia foi feita uma breve apresentação dos novos alunos da Universidade Sénior a assinalar o início de mais um ano letivo.**-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº 62/2016, DE 29 DE SETEMBRO - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO RUSTICO SITO EM ARIEIRA – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO. - EM NOME DE RAQUEL MORGADO SILVA BARBOSA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitido, ratificar o despacho nº 62/2016, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que determinou a emissão da certidão de aumento de compartes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 63/2016, DE 29 DE SETEMBRO - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO RUSTICO SITO EM LAVRADIO DA FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO - EM NOME DE RAQUEL MORGADO SILVA BARBOSA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitido, ratificar o despacho nº 63/2016, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que determinou a emissão da certidão de aumento de compartes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 64/2016, DE 29 DE SETEMBRO – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO RUSTICO SITO EM ROUXINOL – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO - EM NOME DE RAQUEL MORGADO SILVA BARBOSA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, ratificar o despacho nº 64/2016, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que determinou a emissão da certidão de aumento de compartes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 65/2016, DE 29 DE SETEMBRO - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO RUSTICO SITO EM CARRASCO - FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO - EM NOME DE RAQUEL MORGADO SILVA BARBOSA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitido, ratificar o despacho n.º 65/2016, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que determinou a emissão da certidão de aumento de compartes.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – CONCURSO PÚBLICO – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017” – ALTERAÇÃO AOS CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES – SERVIÇOS A MAIS – PROCESSO Nº 42/2016/CP** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar os serviços a mais para a realização de transportes escolares para o ano letivo 2016/2017, no valor de 9.915,00 euros, nos termos do previsto no artigo 454º do Código dos Contratos Públicos -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria questionou o que de significativo acontecera que levava a esta alteração.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Perguntou quantos alunos contemplava esta proposta e opinou que as instituições públicas, nomeadamente a Câmara Municipal, devem intervir quando o mercado não funciona e quando há famílias que não o conseguem, mas com um limite, porque não se pode estar ao serviço dos interesses privados dos transportadores, daí querer perceber, quantitativamente, o impacto que esta proposta

irá ter ao nível do número de alunos.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por ler o terceiro parágrafo da informação e salientou que esse aumento resulta do facto de quando se está a preparar o Caderno de Encargos, isso é sempre feito ainda no final do Ano Letivo anterior, logo não estão contabilizadas as novas matrículas e inscrições do 1º Ciclo e Pré-Escolar. Esses dados só chegam quando as escolas enviam as matriculas e os pedidos de transporte, recordando que ainda no mês de setembro foram rececionados pedidos para transportes. O aumento do número de alunos a transportar pela empresa prestadora de serviços também resulta do suprimento de transporte que houve por parte da Junta de Freguesia de Fráguas que fez com que os alunos transportados por esta Junta de Freguesia tivessem que ser transportados pela Rodoviária, a prestadora de serviços a quem foi adjudicado o serviço, o que levou a alterações no que respeita aos respetivos circuitos, como consta na informação que chegou, nomeadamente nos circuitos de S. Sebastião e Anteporta. Trata-se de ajustes que são necessários fazer no início de cada Ano Letivo, tendo este ano levado ao aumento do número de kms, para além do número de alunos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu mais uma vez que a Câmara Municipal de Rio Maior fora uma das cento e seis Câmaras que aceitara a delegação de competências que é da responsabilidade do Ministério da Educação, recordando que ao tempo fora feito o cálculo do rácio para as escolas de proximidade, as quais foram extintas, surgindo agora dois dilemas, ou seja, a Câmara não tem frota, as freguesias têm grandes exigências de transportes escolares, os Governos (não o atual) têm retirado capacidade financeira às autarquias, e, ou se tomam medidas rapidamente ou a Câmara Municipal de Rio Maior não fará outra coisa que não seja retirar dinheiro dos munícipes para sustentar as responsabilidades centrais.-----

Assim, ou se mantém este quadro, que não corresponde nem ao cumprimento da Lei, nem da Constituição, ou se renuncia a essa responsabilidade, porque na atualidade, as verbas transferidas pelo Estado apenas asseguram, quando muito, um quarto dos custos, pelo que as Câmaras da CDU votaram sempre contra a aceitação de responsabilidades que são centrais, pois não se tem que pagar dois impostos pelo mesmo serviço. A CDU considera que este modelo não é a solução, tanto mais que está a impedir que o município tenha capacidade própria, dado o valor em causa, cento e vinte e um mil euros, e a manter-se este padrão de não alteração do paradigma dos transportes escolares, a autarquia está a subsidiar empresas privadas, e durante o período escolar há transporte, fora disso não há, nem público nem

camarário. Indicou o sentido de voto como abstenção e só não vota contra porque as crianças merecem respeito. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que quando se fala de escolas de proximidade e com a diminuição da população que se tem verificado nas aldeias do concelho e também a nível nacional, também se poderá questionar se faria sentido ter escolas a funcionar com dois ou três alunos, dando o exemplo de Quintas e Marmeleira. Referiu que também se pode questionar, e não pensando na questão económica, mas pensando sobretudo na educação e bem estar dos jovens, se não será uma melhor opção ter jovens em idade escolar que partilham o espaço com os seus pares e que estão socialmente integrados ou ter jovens enclausurados e “fechados sobre si mesmos”.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que as freguesias perdendo a escola, perdendo a extensão de saúde, perdendo o posto dos CTT e o título de freguesia, deixam de ter motivos de atração. Disse ainda que na opção tomada não foi tido apenas em conta o número de alunos, porque se assim fosse a escola de Assentiz não teria fechado, nessa perspetiva, opinou que este modelo de transportes está esgotado, é prejudicial ao concelho de Rio Maior e os Governos têm que assumir as suas responsabilidades, seja o Governo minoritário do PS, seja os Governos que lá estiveram, opinando que a prática que tem vindo a ser seguida é errada e deveria ser mudada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que lhe parecia que daqui a um ano estariam a falar do mesmo assunto e referiu que já questionara nos lugares próprios, dado que tanto se falara sobre o aumento que as autarquias iriam ter, nomeadamente com a redução do IVA da iluminação pública e a redução do IVA dos transportes escolares que é totalmente suportado pela autarquia, se estas matérias seriam contemplados no Orçamento de Estado para dois mil e dezassete e não obtivera resposta.-----

----- Sobre a questão dos transportes escolares informou o Vereador Augusto Figueiredo, que sempre se absteve neste assunto, que esta situação tem de começar a preparar-se antes do ano letivo estar encerrado, para que no primeiro dia de aulas as crianças tenham transportes escolares e só mais tarde é que a autarquia dispões de toda a informação sobre o número de alunos efetivos, das necessidades de transportes e assim proceder à articulação dos circuitos, porque, independentemente do número de alunos que vão no autocarro, eles têm que ser transportados.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que

se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós abstivemo-nos não pelo facto de não querer que as crianças sejam transportadas porque isso é, absolutamente, um argumento demagógico. Abstivemo-nos porque o sentido do nosso voto é dizer que há outras maneiras de gerir os transportes públicos, os transportes escolares e há outra maneira de planejar, e não é esta a solução que Rio Maior precisa. Nós sabemos que os compromissos assumidos por anteriores executivos relativamente a isto, só têm servido para retirar capacidade financeira e de realização relativamente aos municípios. Alguém tem de dizer que isto tem de ser alterado. O nosso sentido de voto, abstenção, nada tem a ver com o facto de garantir ou não os transportes das crianças, ainda por cima, alternativos.”-----

----- Declaração de voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-

----- “Voto favoravelmente este ponto porque acredito que a Câmara Municipal e os parceiros da rede de educação e social não estão preparados para assumir esta responsabilidade, de um momento para o outro. Acredito que esta é a solução encontrada que melhor garante o interesse público para as famílias e para os alunos e por isso acredito que assim estamos a salvaguardar o interesse público e na certeza que não estamos a beneficiar e a potenciar interesses privados de empresas ligadas ao setor dos transportes.”-----

----- **PONTO III – BOLSAS DE ESTUDO PARA OS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2016/2017 – DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS CANDIDATURAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o exposto na informação emitida e assim, o previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os Alunos do Ensino Superior, deliberou aprovar:- A concessão de um total de 12 (doze) bolsas, independentemente da mesma ser concretizada no âmbito de renovações ou de primeiras atribuições; - A atribuição do valor de 55,00€/mês para cada bolsa, por um período de nove meses, num montante total de 495,00€/bolsa;- Que o período de candidaturas à renovação das bolsas de estudo atribuídas no transato ano letivo de 2015/2016 decorra entre os dias 24 de outubro e 11 de novembro; - Que o período de candidaturas a novas atribuições decorra em período subsequente ao indicado no ponto anterior;- Que a comissão de análise seja constituída pelos elementos efetivos, Aldina Santos, Henrique Granada e Andreia Martins; e pelos elementos suplentes, Marta Flor e Catarina Gomes.- Que a comissão de análise inicie os procedimentos da apreciação dos pedidos de renovação no prazo limite de dez dias úteis, subsequentes ao término do período de candidaturas à renovação. - O pagamento numa única tranche do montante total de 495,00€/bolsa.----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Congratulou-se com o aumento de bolsas a atribuir face às dificuldades e provavelmente seria precisas mais, mas é um incentivo e acima de tudo um sinal de valorização do saber e das aprendizagens. Disse que iria votar a favor.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO IV - EMPREITADA – REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DO PERCURSO DA VIA SACRA OU PASSOS DE RIO MAIOR – 2ª FASE B – LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO - PROCESSO Nº 79/2011/UCCP -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a liberação de 30% da caução prestada pela empresa "Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda" , no âmbito do contrato de empreitada "Requalificação Urbana do Espaço Público do Percurso da Via Sacra ou Passos de Rio Maior – 2ª Fase B", nos termos da informação emitida e respetivos despachos.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO V - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a liberação da caução prestada pela empresa “Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.”, no âmbito do contrato de prestação de serviços identificado em epígrafe, nos termos da informação emitida e respetivos despachos.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO VI – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da proposta e informação emitida:- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a aquisição de prestação de serviços para certificação energética dos edifícios, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos

Contratos Públicos (CCP) e na al. dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo II à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor;- Autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação;- Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados e ainda aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Torna-se cada vez mais a centralidade da discussão quer na poupança, quer na eficiência, mas voltava a chamar a atenção que atendendo à denominada economia de escala da Comunidade Intermunicipal obriga a que a autarquia delegue as competências do procedimento conforme proposto, ou seja aqui está um dos casos em que se torna cada vez mais evidente que as Comunidades Intermunicipais se estão a transformar numa plataforma de negócios, dado que aumentando esta escala as empresas locais não conseguem responder a essas necessidades. Sobre a presente proposta que não é só a legitimação dos órgãos do ponto de vista democrático, mas é imperioso a regionalização, dado que a Câmara Municipal devia ter competências, e têm-nas, por Lei, para os procedimentos concursais. Frisou que, não era pela delegação de competências, mas porque tem muitas dúvidas como sempre teve relativamente ao que acontece nas CIM's particularmente na CIMLT, pois com a teoria da escala afasta-se a possibilidade de os empresários locais poderem contribuir para o desenvolvimento do concelho, frisando mais uma vez este caso e o dos transportes são áreas de negócio que não são favoráveis ao desenvolvimento local.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre esta matéria opinou que tinha opinião contrária ao Vereador Augusto Figueiredo dado que poderá parecer tentador dizer que as Comunidades Intermunicipais são autênticas plataformas de negócio que vão privilegiar as grandes empresas porque estas têm meios tecnológicos, recursos humanos e financeiros, de serviços de consultadoria jurídica, essa estrutura que permite ir a estes grandes concursos internacionais muito exigentes administrativamente e processualmente, mas dado a sua experiência profissional, contestava não tanto essa lógica de beneficiar as grandes empresas, mas porque há empresas de “vão de escada” que são constituídas meses antes para se apresentarem a estes concursos e que nem sempre apresentam as melhores propostas a nível de preço unitário. Opinou que as

generalizações eram perigosas e não se pode generalizar de que há uma tentativa de negócios e uma teia viciosa de que são sempre os mesmos. Acredita que as Associações de Municípios servem para uma ação conjunta e se se vai inviabilizar sistematicamente estas ações conjuntas, inviabiliza-se a ideia concetual e da filosofia destas associações. Disse acreditar que se está a prosseguir um bem público e coletivo e que vai ter bons resultados, daí que iria votar favoravelmente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse ao Vereador Augusto Figueiredo que estava na altura de insistirem, na fase da aprovação do orçamento, para acabar com a tendência que existe de aumento da delegação de competências das Câmaras para a CIM's, sendo a questão de delegar num autarca, uma forma de agilizar procedimentos. Disse ainda que se revia na proposta apresentada. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO VII - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM ASSEICEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE ALEXANDRA ISABEL LAUREANO DOS SANTOS DINIZ – PROCESSO Nº 128/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que as serventias que dividem o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 72 da secção BU, sito em Cartaxa, ou Casal da Cartaxa, ou Abuxanas, Freguesia de Asseiceira, são do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VIII - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar para o ano letivo 2016/2017: a celebração do protocolo com a União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João; a realização da despesa no valor total estimado de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar para o ano letivo 2016/2017: a prorrogação do Protocolo celebrado com a Freguesia de Asseiceira; a realização da despesa no valor total estimado de 360,00€ (trezentos e sessenta euros).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO X - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS – FATURA Nº 3000133471, DE 09/08/2016 – SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida e da informação prestada pelos serviços técnicos competentes, autorizar o pagamento da fatura número 3000133471, de 09/08/2016, no valor de €5.978,48, valor ao qual acresce o IVA à taxa de 6%, referente à Revisão de Preços do Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior, no período de Julho a Setembro de 2015 -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou qual o ponto da situação quanto á limpeza dos contentores, pois se a autarquia está a cumprir, o prestador de serviços também deve cumprir.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que tem havido algumas reclamações sobre a limpeza dos contentores, a empresa tem vindo a cumprir, não com a regularidade desejada, mas tudo passa também pelo civismo das pessoas que colocam dentro dos contentores todo o tipo de lixo, nomeadamente óleo queimado, cinza, etc. sendo quase impossível a qualquer empresa manter os contentores como gostaria. Disse que já foram feitas várias campanhas quer pela empresa Valorsul, quer pelas escolas.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XI - 28º TORNEIO DE ATLETISMO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – ENTREGA DE PRÉMIOS – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a realização de despesa no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), referente aos prémios

(material desportivo) a atribuir aos três classificados de cada escalão, no âmbito da realização do 28º Torneio de Atletismo das Freguesias do Concelho de Rio Maior. ----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a política desportiva da Câmara Municipal devia refletir sobre o modelo do mesmo do Torneio da Freguesias e alargar o mesmo a outras modalidades, tais como o futsal masculino/feminino, o ténis de mesa, etc. na perspetiva de, num futuro próximo, se organizar as olimpíadas de Rio Maior, dado a experiência acumulada e o trabalho de valorização das freguesias. Disse que consideram sempre pouco o valor atribuído para as freguesias e salientou a importância de alargar o Torneio das Freguesias a outras modalidades e com outros modelos. -----

----- **JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Relativamente a esta matéria informou que é um Torneio que tem em cada prova sempre mais de cem participantes, tendo já chegado aos duzentos participantes, salientando que para além do número de atletas de Rio Maior, também atrai um número significativo de atletas dos concelhos vizinhos, opinando tratar-se de uma das provas mais emblemáticas, no sentido de levar o desporto às Freguesias e está enraizado e tem uma participação dentro do “Mais Lezíria”, como o futebol de salão, a estafeta Rio Maior/Alcanede que se faz em janeiro, ou seja todo um conjunto de provas que fazem com que este torneio tenha uma dinâmica que leva o desporto a todos os cantos do concelho, e informou que S. Sebastião vai ter a prova e as outras freguesias que ainda não têm o Torneio das Freguesias, apenas devem solicitá-lo.-----

----- Recordou que em tempo oportuno fora presente à Câmara Municipal a autorização para a despesa da prova, ou seja para dar duzentos euros a cada entidade e na informação também constava que seria mil e quinhentos euros em material para dar aos primeiros três classificados, mas a deliberação de então apenas autorizou a transferência dos duzentos euros para cada instituição, significando que os mil e quinhentos euros em material a adquirir estaria no âmbito das competências do Vereador da área. Mas como surgiram dúvidas se a doação desse material aos atletas seria da sua competência, o assunto voltou a ser agendado.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII - 29º TORNEIO DE ATLETISMO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TORNEIO, ENTREGA DE PRÉMIOS E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a realização do 29º Torneio de Atletismo das Freguesias do Concelho de Rio Maior, bem como a

realização da despesa no valor global de 3.300,00€ (três mil e trezentos euros), nos termos da informação em apreço, que ficará previsto no Orçamento de 2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIII - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS – ESTUDO DE AGREGAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO OESTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar a integração do Município de Rio Maior no Estudo de Agregação dos Municípios da Região do Oeste.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por explicar pormenorizadamente todo o processo e informou que no seguimento da reunião realizada na Associação Nacional de Municípios do Oeste, na passada semana fora questionado se os municípios estariam interessados em retomar o processo e integrarem o estudo sobre a verticalização em baixa das águas e caso aceitassem integrar o mesmo, posteriormente, se assim o entenderem, todos os municípios que queiram sair do processo, podem fazê-lo, não envolvendo qualquer custo.-----

----- Informou que foram criados dois grupos, (Norte e Sul) e os municípios de Peniche, Caldas da Rainha e Nazaré também vão integrar esse estudo. Disse que a proposta em discussão é autorizar ou não o município de Rio Maior a integrar o estudo de agregação dos Municípios da Região do Oeste. Esta matéria poderia não ser objeto de deliberação, no entanto não foi esse o entendimento do executivo de Rio Maior. Informou que a próxima reunião sobre esta matéria realizar-se-á no dia vinte de outubro.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse aos Senhores Vereadores que dispunham do tempo que entendessem para analisar esta proposta e assim decidirem mais confortavelmente, salientando que se trata apenas de aprovar uma manifestação de intenção para que o município entre num estudo e passou a ler a proposta de deliberação.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse que não se podia debruçar sobre este assunto porque não tinha consigo a proposta de deliberação e iria abster-se porque tinha dúvidas sobre a necessidade do estudo e manifestou o seu desagrado pela forma como o assunto é conduzido, pois é um assunto da maior importância para todos e não iria tomar uma decisão sem estar

devidamente documentado. Referiu que agora existe as Águas de Lisboa e Vale do Tejo que une oito sistemas intermunicipais.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Frisou que se tratava apenas de autorizar que a Câmara Municipal integre um estudo para o abastecimento de água em baixa, sem encargos para a autarquia, uma possibilidade de a Câmara ter mais informação e assim poder encontrar alternativas e situações mais favoráveis para os munícipes do concelho.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que neste momento não há qualquer sistema de agregação de águas, em baixa, ou seja o município de Rio Maior distribuiu a água em baixa e a proposta em discussão é os Municípios do Oeste estudarem a hipótese de integrar uma solução em baixa para a distribuição da água e propõem-se fazer um estudo e cada município só aceitará esta unificação se for mais vantajoso para os seus munícipes. Opinou que estudar as situações, analisar qual a melhor solução é mais correto do que não estudar e tomar decisões sem fazer estudos, tratando-se de uma solução que não está implementada no Oeste e cada município em baixa faz a sua distribuição, o que acontece também com os resíduos, áreas que têm despesas muito grandes e, provavelmente, feito em escala terá menos custos para os consumidores, o que tem que ser devidamente comprovado pelo estudo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou que o processo das águas nos últimos anos tem sido alvo das maiores alterações para transformar a água pública num negócio, a ponto de, quando foi para a passagem de Rio Maior para as Águas do Oeste, concordara, mas com as respetivas condições, ou seja o que foi apresentado, escrito e dito pelo executivo e Assembleia Municipal de então, era que as Águas do Oeste eram “excelentes” e o estudo apresentado fora de viabilidade económica e sustentabilidade, nessa perspectiva o município de Rio Maior aderiu a um processo que se veio a manifestar absolutamente desastroso. Em baixa a CDU é frontalmente contra porque os estudos já estão feitos e seria perder uma das maiores capacidades de intervenção autárquica e política, os municípios avançarem com esse processo, frisando que do ponto de vista ideológico e político estão contra a verticalização em baixa e se assim for a CDU vota contra. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra e sobre a intervenção do Vereador Augusto Figueiredo frisou que o município de Peniche agora vai integrar o estudo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a CDU é um espaço democrático e livre e deu o exemplo do processo

que envolve o Forte de Peniche em que a CDU é contra e a Câmara apoia a venda.---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que a questão que está aqui é de quem tem a responsabilidade de gerir e deu o exemplo das Águas do Ribatejo que é o modelo defendido pelo Senhor Secretário de Estado.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com as abstenções dos Vereadores Daniel da Silva Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.--

----- **PONTO XIV - ÁGUAS DE PORTUGAL – REAVALIAÇÃO DAS AGREGAÇÕES – ZONA TEJO NORTE – SANEAMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face da informação emitida, aprovar a agregação do Município de Rio Maior na Reavaliação das Agregações Zona Tejo Norte – Saneamento -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a este ponto disse que estava de acordo com o mesmo porque é preciso, conciso e claro, e se é para estudar para baixar o preço é uma matéria diferente do ponto anterior.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com as abstenções dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Célia Maria Bento do Rosário Flores.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando era doze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____